



Eliana Aparecida Pires da Costa
Professora da CEMEI "São João Batista",
Professora da Faculdade de Educação
da PUC-Campinas, Assessora do
Departamento Pedagógico da Prefeitura
Municipal de Campinas e Doutoranda da
Faculdade de Educação - UNICAMP.

Entrevista concedida a Maria Natália Mesquita de Faria¹ em de agosto de 2001

EDUCAÇÃO ESPECIAL

REd: A Educação Especial necessita ser encarada de forma muito especial: com políticas sólidas, trabalho árduo, muito estudo e pesquisa. Assim é a educação sempre!

Eliana: A Educação, assim como outras áreas sociais, é prioridade no trabalho que está sendo desenvolvido no Município de Campinas. A Secretaria Municipal de Educação tem trabalhado no sentido de encaminhar as questões educacionais de forma bastante diferenciada.

Marcou muito, neste movimento inicial, a postura da Secretaria Municipal de Educação em exigir que todos os profissionais assumissem seus cargos efetivos. Assim, pessoas que há anos e anualmente eram substituídas permitindo que nas salas de aulas tivesse sempre professor substituto, voltaram à frente de trabalho para a qual foram concursadas. O objetivo deste encaminhamento era ter os profissionais efetivos em seus postos para juntos pensarmos uma revisão do estatuto do magistério, a demanda por novos concursos e os moldes em que os mesmos deverão ser feitos.

Muita ênfase também foi posta nas eleições dos Conselhos das Unidades Escolares no sentido de mobilizar as comunidades para a importância desta instância no processo de democratização das escolas e de efetiva participação na gestão escolar. Para muitas comunidades escolares esta participação demanda muito trabalho da SME e da escola, no sentido de mobilizar a comunidade e de dialogar com a mesma sobre a necessidade de viabilizá-la, uma vez que a experiência democrática é algo a ser construída constantemente.

Outro aspecto no qual estamos trabalhando muito neste início de governo, diz respeito ao projeto pedagógico das unidades escolares. Pretende-se que as unidades escolares, ao elaborarem os seus projetos pedagógicos, discutam e organizem as suas prioridades e as atividades que pretendem desenvolver, partindo das necessidades daquela comunidade. Os grandes projetos de caráter comum da rede municipal que eram oferecidos para a rede como um todo, dão lugar a projetos localizados, por região, por comunidade. Como estamos em um período de transição em que o velho e o novo convivem, estamos mantendo vários destes grandes projetos, porém com mudanças estruturais que alteram sua forma de inserção no projeto geral da unidade escolar. Assim não há mais uma coordenadoria especial de programas e projetos e, os projetos especiais que acontecerem nas escolas serão pela escolha e possibilidade que aquela comunidade definiu. Esta é uma prática inovadora e também muito desafiadora, porque muitas unidades escolares têm a expectativa de ter projetos especiais acontecendo em suas

⁽¹⁾ Docente da Faculdade de Educação da PUC-Campinas e professora da Rede Municipal de Ensino de Campinas.

escolas e minimizam suas potencialidades de junto à comunidade, definirem, organizarem e desenvolverem seus próprios projetos.

O fato de não ter mais uma coordenadoria de projetos e de todos os professores que o faziam terem que voltar a ministrar aulas foi também bastante preocupante aos que tiveram que assumir a sala de aula. Aos que desejaram e viram possibilidade de fazê-lo, foi permitido continuar fazendo parte da equipe de apoio ao Projeto que coordenavam, acumulando esta atividade ao trabalho de sala de aula.

Este foi um encaminhamento geral da Secretaria Municipal de Educação. O Departamento Pedagógico no qual tenho trabalhado investiu todos os seus esforços para, já no mês de janeiro, ouvir atentamente muitas pessoas que se dispuseram a estar dando depoimentos acerca dos programas e projetos realizados na Rede Municipal de Ensino de Campinas. Margareth (Margareth Brandini Park é a Diretora do Departamento Pedagógico, com quem tenho trabalhado e refletido conjuntamente sempre todos os encaminhamentos relativos à Educação Especial) e eu ouvimos muitos relatos voltados à Educação Especial, quer sejam de professores, de ex-coordenadores, de pais, de professores que não eram da Educação Especial, de Diretores de Escolas, de Supervisores, enfim muitas pessoas além dos professores de Educação Especial deram depoimentos que nos possibilitaram encaminhar as questões de Educação Especial com muita peculiaridade e também com a especificidade que o momento permitiu e exigiu.

REd: *Quanto à Educação Especial? Você está me dizendo que ouvir pessoas foi um indicador para o desenvolvimento da política? Como é que foi isso?*

Eliana: Sim, ouvimos as pessoas, ouvimos muitas pessoas e este escutar foi determinante, não da política, mas do encaminhamento. Tínhamos clareza que a Educação Especial é

uma modalidade de educação que deve ser encarada com muita seriedade quando se tem por princípio trabalhar com todas as crianças. Uma escola democrática e de qualidade para todos se constrói juntos. Assim a inclusão deveria ser pensada pelas escolas e não por um programa de educação especial. Mas esta foi a realidade que encontramos - havia um Programa de Educação Especial que coordenava a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais nas escolas.

Você me pergunta como está o trabalho com Educação Especial e este se encaixa bem neste movimento de reorganização geral que está ocorrendo. A Educação Especial que se constituía em um programa especial com um coordenador específico que, por sua vez ficava organizado na coordenadoria de programas e projetos especiais, passa a organizar-se nas escolas. Entretanto, no cotidiano do trabalho surgem desafios que a Escola, para encaminhá-los tem procurado pelo Departamento Pedagógico que retorna para a escola as questões, ao mesmo tempo em que tenta encaminhar a viabilização da continuidade do trabalho. Assim, educação especial também mantém o velho e o novo neste momento de transição. As metas do programa são as mesmas do ano anterior, ou sejam, mantém-se o professor itinerante que atende a mais de uma escola, salas de recurso de acordo com as necessidades especiais, e também o Setor de Referência de Educação Especial, que atualmente está estruturado no Bairro da Vila Marieta de relativo acesso aos professores, nas dependências do prédio do Centro de Formação de Profissionais de Educação. Mas não é só. Há professores de Educação Especial que estão em uma única escola e ali realizam o trabalho no âmbito daquela determinada escola.

Ainda temos a considerar que, até o final do ano passado, a Educação Especial vivia uma situação bastante peculiar na qual os professores efetivos da Secretaria Municipal de Educação escolhiam os seus blocos de escolas com os quais iriam trabalhar, ou seja, o agrupamento de escolas nas quais seriam Professores Itinerantes,

e imediatamente afastavam-se para trabalharem em entidades. Eram, a partir daí, substituídos por outros professores não efetivos, não concursados, para este trabalho de itinerante nas escolas de ensino regular. Este movimento também foi interrompido. Todos os professores de Educação Especial, efetivos da SME estão trabalhando nas escolas da SME ou nos serviços da SME, tais como salas de recurso, setor de referência e salas hospitalares da Rede Pública Municipal de Ensino de Campinas. Este movimento também foi bastante desafiador, posto que havia professores que há muito só trabalhavam em entidades específicas que trabalham somente com crianças surdas ou cegas, por exemplo. Tais profissionais encontram novos desafios e, até mesmo dificuldades em estar atuando nas escolas, junto aos alunos e professores do Ensino Fundamental e da Educação Infantil. O trabalho na escola é diferente do trabalho na entidade. A escola recebe todos os alunos e trabalha para a inclusão, inclusão de todos. O professor itinerante trabalha junto à escola dando apoio à escola para a inclusão da criança para o respeito e convívio com as diferenças nos processos de aprender e de ensinar. Atua com alunos, com professores e demais profissionais, atua com toda a comunidade, no sentido de dar suporte para que a criança viva a escola de acordo com suas possibilidades. Enquanto nas entidades que atendem a determinadas necessidades especiais, muitos foram tendo possibilidades de trabalhar com necessidades muito específicas de determinados grupos que normalmente são segregados em tais instituições para determinados atendimentos específicos. Assim temos hoje um grupo de professores de educação especial que está atuando nas escolas, com muita garra e vontade de dar conta da inclusão da criança com necessidades especiais nas escolas, mas demandando muito apoio e formação continuada pela própria exigência do cotidiano escolar, que é bastante novo para estes profissionais. De certa forma posso afirmar que professores que sempre trabalharam em entidades tiveram seus projetos de vida abalados - pretendiam continuar lidando com

portadores de determinadas necessidades ou síndromes e foram reconduzidos às escolas. As entidades que atendiam crianças com necessidades especiais e que recebiam os professores da Rede Municipal de Ensino não recebem mais estes profissionais. Entretanto, sabemos que estas entidades cumprem um papel social, atendem pessoas que continuam nestas instituições. Neste período de transição as entidades receberão recursos para que possam contratar novos profissionais. A SME acompanhará a aplicação destes recursos. Entretanto, para nós o que é prioritário, necessário e urgente é que as crianças estejam na escola pública regular aprendendo, convivendo, constituindo-se sujeitos e contribuindo na formação de outros sujeitos que também aprendem a conviver com as pessoas sem discriminá-las. Sobre isso as crianças nos dão muitas lições de convivência e solidariedade que o olhar para o cotidiano escolar nos comove e ensina.

REd: Como está a organização deste processo?

Eliana: O grupo de professores de Educação Especial vem se autogerindo, buscando encontrar formas de atuar efetivamente nas escolas. Elegeram entre os próprios professores de Educação Especial uma comissão de apoio, que os respaldará nas questões específicas. Este é um ano de transição para estes professores, que também poderão reorientar o programa de educação especial de acordo com as demandas das unidades escolares. Esta comissão de apoio é fruto de um ensaio bastante exigente de se buscar vivenciar processos democráticos sem ter tido muitas experiências que a habilitasse para este exercício. Vivenciar coletivamente experiências democráticas não é fácil. Às vezes falta argumentação, falta respeito ao outro, falta tempo para clarear as idéias, mas temos procurado realizar o que é possível. É possível e necessário conviver com as diferenças e é isso que estamos experienciando.

Chegar a este encaminhamento não foi fácil. Margarethe e eu conversamos bastante acerca da diversidade de posições, de questões epistemológicas marcantes no grupo de professores de Educação Especial na Secretaria Municipal de Educação. O grupo de Educação Especial é composto por aproximadamente 120 (cento e vinte) professores para atender a 180 (cento e oitenta) escolas. No Departamento Pedagógico coexistem as coordenadorias de Educação Infantil e de Ensino Fundamental. A Educação Especial está junto às escolas, lá onde encontra-se o aluno e todo sentido do trabalho. Não está na Coordenadoria Especial, está junto à comunidade escolar. Portanto, pode avaliar as possibilidades cotidianas de inclusão e da não discriminação.

REd: *E as dificuldades?*

Eliana: Sem dúvida, quando você me pergunta das dificuldades Natália, está me dando aquele empurrãozinho que faz com que eu prossiga esta reflexão no sentido de perseguir aquilo que deixa desnudado o trabalho que vimos realizando, aquilo que do sonhado vai podendo ser vivido. Por exemplo, eu imaginava as dificuldades das famílias das crianças com necessidades especiais, havia lido a respeito, já ouvira depoimentos da complexidade desta questão. Entretanto, no cotidiano do trabalho estas questões são muito fortes do ponto de vista humano. Há muito sofrimento, muita omissão, muito desconhecimento. Há mães que tentam ocultar das escolas a história de vida de seus filhos. Há famílias que desacreditam que a escola vá receber seu filho bem, com respeito. Trazem consigo histórias de discriminação muito sofridas que deixam marcas profundas nas crianças e nas famílias. Eu tinha dados que havia professores que resistem, por diferentes motivos, em ter em suas salas de aula crianças com necessidades especiais, por diferentes razões e motivos até justificados. Entretanto, conviver com isso e com as saídas para enfrentar estas questões, demanda conhecer cada realidade. Por exemplo, não dá para dizer que estamos realizando a inclusão

sempre. Temos visto que há casos que por diferentes fatores, forçar a criança a permanecer na escola, nas condições que temos de atendê-la é falsear a realidade, é brincar de inclusão, é pôr em risco a segurança da criança. Assim para cada criança é pensado e organizado, naquele contexto escolar, com aquela comunidade, para que sua inclusão não seja cumprimento de disposição legal, mas constituição de mentalidade inclusiva pela comunidade escolar, em diferentes ritmos, em diferentes movimentos.

REd: *Vocês neste poucos meses já têm condições de vislumbrar retorno deste trabalho, desta política?*

Eliana: Pode ser pretensioso para o Departamento Pedagógico dizer do retorno que temos avaliado como bastante positivo. Portanto vou prender-me para falar do retorno de depoimentos de alguns docentes que em nossa última reunião reafirmavam a necessidade de mais estudos, mais pesquisas, mais dados para a realização do trabalho. Esta reflexão que remete o grupo de professores de educação especial a esta inquietação, esta reflexão que mobiliza para a busca, para a não acomodação é o que há de mais positivo. Este deslocamento de defesa de um programa que já estava definido e que se não dava certo era porque alguém “era o culpado”, para esta posição de busca, de espreita, de assumir os desafios do cotidiano, de experienciar e ousar é o ganho para a Educação das crianças do Município. O retorno do trabalho que vimos realizando já está sendo vislumbrado, posto que os professores que estão experienciando o cotidiano escolar estão percebendo a importância de seu trabalho neste contexto e as possibilidades de trabalharem pela inclusão com toda a comunidade escolar. São todos profissionais bastante competentes que não medem esforços para contribuir com a escola em todos os sentidos, trabalhando com a comunidade, com os setores de saúde, enfim buscando viabilizar a escola inclusiva. Não é fácil. Há muita resistência. Às vezes, por falta de condições de todas as ordens,

inclusive de formação, é necessário muito esforço para que as crianças e jovens sejam aceitos e realmente trabalhados nas escolas regulares.

Vemos também, muitas vezes, crianças serem encaminhadas para a Professora de Educação Especial e realmente não terem necessidade de sê-lo. Trata-se, muitas vezes de crianças com dificuldades de aprendizagem. Vimos crianças que foram “rotuladas” como tendo necessidades especiais, mas que na verdade esta necessidade foi criada por falta de conhecimentos dos que atuaram com tal criança. Vimos escolas se mobilizando de maneira bastante forte para que a criança tivesse condições de freqüentar escolas, com construção de rampas, carteiras especiais para crianças com cadeiras de rodas, etc.

Há crianças com laudos ou diagnósticos que, quando analisados pela professora itinerante que acompanha a vida escolar, verifica-se a precariedade e superficialidade com que foram rotuladas de ter determinada síndrome. Há casos de famílias que omitem da escola dados que só poderiam ajudar no trabalho a ser desenvolvido

pela escola, por razões diversas, sobretudo por temerem que seus filhos sejam discriminados. Há diretores e professores que não gostariam de ter crianças com necessidades especiais em suas escolas, mais por falta de conhecimentos e por condições de trabalho do que qualquer outra coisa. Há entidades que, ao ver a criança que antes era atendida somente por elas, sentem-se bastante preocupadas e incomodadas ao ver esta criança freqüentar a escola regular.

Falta muita coisa nesta área, não resta a menor dúvida. Falta formação, estudo e pesquisa que apontem possibilidades cada vez maiores de inclusão verdadeira, falta infra-estrutura material para atender o máximo possível as necessidades das crianças. Entretanto, há um grupo forte de profissionais comprometido em reorganizar a política de inclusão das crianças nas escolas, comungando com o princípio básico da SME, que é ter uma escola democrática e de qualidade para todos. Certamente estamos num movimento que avança mais do que tínhamos para o que necessitamos.